



[www.cddmoz.org](http://www.cddmoz.org)

# PLATAFORMA DE PAZ E SEGURANÇA DE CABO DELGÁDO



<https://multimedia.europarl.europa.eu>

Sexta- feira, 25 de Agosto de 2023 | Ano 2, n.º 31 | Director: Prof. Adriano Nuvunga | Português

## Aumenta risco de saída da SAMIM sem esclarecimento do caso de queima de corpos por militares em Cabo Delgado

- A investigação foi anunciada em Março e é liderada por uma equipa da Missão da SADC em Moçambique (SAMIM), uma vez que os militares envolvidos na queima de corpos fazem parte da força regional que apoia Moçambique na luta contra o extremismo violento em Cabo Delgado. Cinco meses depois, ainda não há informação sobre o estágio da investigação muito menos sobre a responsabilização dos militares que violaram o Direito Internacional Humanitário.



- A demora torna-se mais preocupante ainda porque a SADC já entrou em contagem decrescente para o fim da sua missão militar em Cabo Delgado, prevista para Julho de 2024. O risco de a SAMIM retirar-se sem deixar esclarecimento sobre o caso torna-se cada vez mais maior. O CDD sempre defendeu que a investigação devia ser dirigida por uma comissão independente.

**E**m Março último, a Ministra sul-africana da Defesa e Veteranos Militares, Thandi Modise, garantiu que a SAMIM estava a investigar o vídeo que circulou no início deste ano que mostra militares da força regional destacada para Cabo Delgado atirando um corpo para um monte de lixo em chamas<sup>1</sup>. O vídeo terá sido filmado em Novembro de 2022 em Nangade, um dos distritos afectados pelo extremismo violento no norte de Cabo Delgado. No vídeo não é possível identificar, através do fardamento, o país de origem dos dois militares que atiram o corpo para as chamas, mas eles estavam rodeados de militares sul-africanos.

Aliás, um dos militares que aparece no vídeo a filmar a cena trajava o fardamento da Força de Defesa Nacional Sul-Africana. Este facto levou o Governo sul-africano a destacar uma equipa das Forças Armadas para investigar aquele acto flagrante de violação de direitos humanos e do Direito Humanitário Internacional. A equipa que chegou a Cabo Delgado em Janeiro integrava representantes da Unidade de Informações de Defesa, das Operações Conjuntas e do Departamento Jurídico do Exército sul-africano.

Na altura, o CDD<sup>2</sup> defendeu que seria desejável que a investigação fosse conduzida por uma comissão independente para compreender o que teria levado os militares a tomarem aquela decisão desprezível; se eles agiram por conta e risco próprios; desvendar as circunstâncias que antecederam à queima dos corpos (se houve tortura ou execuções); apurar a identidade das vítimas – se são militares ou civis. Para o CDD, uma investigação feita pelo Exército sul-africano aos seus membros não dava garantias de transparência e

isenção devido ao conflito de interesses (soldados sul-africanos a investigarem os seus pares). Havia, por tanto, o risco de a investigação não trazer resultados que levem à responsabilização dos militares envolvidos naquele crime hediondo.

A investigação não passou para uma comissão independente, conforme defendeu o CDD, mas foi assumida por uma equipa da SAMIM. Mesmo assim, ainda persistem receios sobre até que ponto a missão irá expor e responsabilizar os seus membros envolvidos naquele crime hediondo. Em declarações no Parlamento em Março deste ano, a Ministra da Defesa e dos Veteranos Militares disse que, após a conclusão da investigação liderada pela SAMIM, a Força de Defesa Nacional Sul-Africana irá verificar se há membros seus envolvidos naquele acto para, em função das conclusões, “instruir acções disciplinares quando aplicável”.

Entretanto, a demora na conclusão da investigação começa a levantar preocupações sobre a seriedade com que a SAMIM cuidou do assunto que representa uma grave violação dos direitos humanos. O vídeo começou a circular nos primeiros dias de Janeiro e, sete meses depois, ainda não há resultados da investigação. A demora torna-se mais preocupante ainda porque a SADC já entrou em contagem decrescente para o fim da sua missão militar em Cabo Delgado, prevista para Julho de 2024. O risco de a SAMIM retirar-se sem deixar esclarecimento sobre o caso de queima de corpos envolvendo seus efectivos torna-se cada vez mais maior. O esclarecimento do caso é o primeiro passo para a responsabilização dos militares que violaram grosseiramente o Direito Internacional Humanitário.

<sup>1</sup> [https://www.defenceweb.co.za/featured/moz-body-burning-investigation-ongoing/?utm\\_source=izooto&utm\\_medium=on\\_site\\_interactions&utm\\_campaign=Exit\\_Intent\\_Recommendation](https://www.defenceweb.co.za/featured/moz-body-burning-investigation-ongoing/?utm_source=izooto&utm_medium=on_site_interactions&utm_campaign=Exit_Intent_Recommendation)

<sup>2</sup> <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/07/Nao-e-satisfatorio-que-seja-o-Exercito-sul-africano-ainvestigar-actos-praticados-pelos-seus-membros.pdf>



#### INFORMAÇÃO EDITORIAL:

**Propriedade:** CDD – Centro para Direitos Humanos  
**Director:** Prof. Adriano Nuvunga  
**Editor:** Emídio Beula  
**Autor:** Emídio Beula  
**Layout:** CDD

**Contacto:**  
Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.  
Telefone: +258 21 085 797

 CDD\_moz  
**E-mail:** [info@cddmoz.org](mailto:info@cddmoz.org)  
**Website:** <http://www.cddmoz.org>

#### PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

